



## Citações

“Se não aprovamos os limites à dívida e ao défice com uma maioria de dois terços, não vejo alternativa a não ser uma saída desordenada e precipitada do euro”

**Luís Amado**

EX-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

“Existe um conjunto de fenómenos externos que nos aconselharia a não nos precipitarmos agora. E custar-me-ia muito, como português, que se fizesse isso a seguir ao Conselho Europeu”

**Jorge Miranda**

CONSTITUCIONALISTA

“O esforço que nos é imposto obriga a um grande consenso nacional”

**Luís Amado**

EX-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

“O que se está a passar é antipatriótico, apesar de o termo já não ser bem visto”

**Jorge Miranda**

CONSTITUCIONALISTA



## Constitucionalizar a dívida: Jorge Miranda contra, Luís Amado a favor

MARGARIDA BON DE SOUSA

[margarida.bondesousa@ionline.pt](mailto:margarida.bondesousa@ionline.pt)

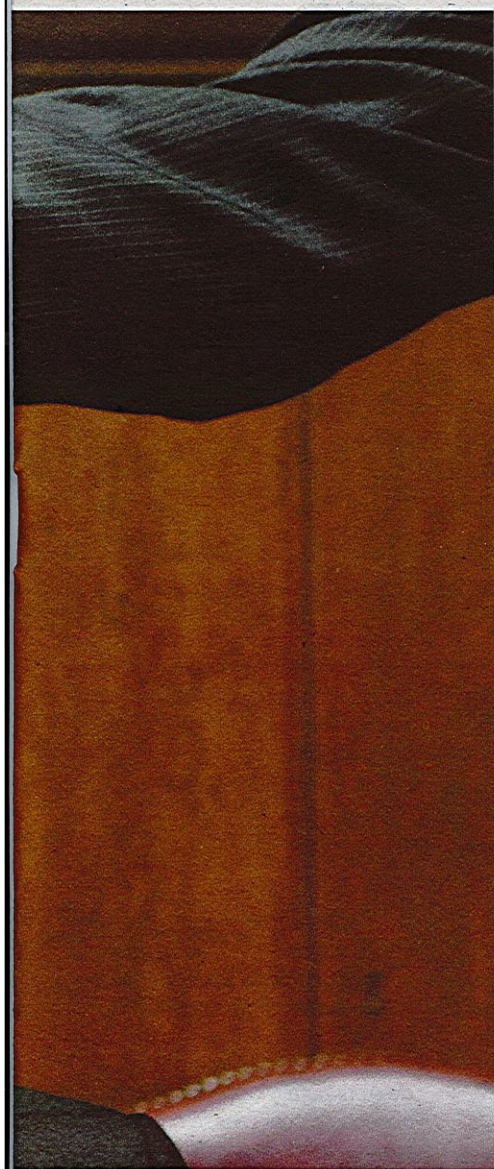
O constitucionalista Jorge Miranda criticou o Presidente da República por não estar a promover um amplo consenso sobre a questão do euro, mas manifestou-se totalmente contra uma revisão da Constituição para estabelecer limites ao défice e à dívida pública, sobretudo por pressão da Alemanha e da França. “Seria antipatriótico”, defendeu, ao contrário do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Sócrates, Luís Amado, para quem o esforço para se manter o rigor orçamental e fiscal obriga a um grande consenso nacional, que passa por uma maioria de dois terços no parlamento e, de preferência, por um referendo sobre as opções que se põem a Portugal no âmbito da zona euro.

Num encontro promovido pelo IDL, Instituto Adelino Amaro da Costa, foram claras as divergências entre os dois. Jorge Miranda considera que o enquadramento do défice e da dívida deve ser alvo de uma maioria simples, enquanto Luís Amado defende uma maioria qualificada; o constitucionalista acha inaceitável que as regras sejam impostas pela Europa, enquanto o ex-governante diz que ainda vamos ter de engolir muitos sapos para nos conseguirmos manter no euro ou sairmos da moeda única sem entrarmos em colapso.

“Esta crise apanhou-nos em contrapé”,

Constitucionalista está chocado pela ditadura europeia sobre Portugal. Luís Amado diz que só assim se evita o caos





Jorge Miranda quer o acordo dos partidos, o antigo ministro Luís Amado, na fotografia, pretende respeitar a vontade alemã

MÁRIO CRUZ/LUSA

disse Luís Amado. “A dependência do financiamento dos mercados é o imperativo da acção governativa. O país tem de ter consciência dos problemas gravíssimos com que colectivamente estamos confrontados. E é preciso termos a consciência de que as decisões que vão ter de ser tomadas colidem com valores que eventualmente nos repugnam. Mas a gravidade da situação é tal que nos obriga a uma clarividência e a ouvir os povos sobre o destino da Europa. Qualquer responsável vai ser abalado pelas decisões que têm de ser tomadas.” O ex-governante calculou ainda que o país precise de uma nova tranche de 75 mil milhões de euros em 2012 “só para se manter ligado à máquina”.

Reconhecendo que não se tratava de um tema que lhe fosse simpático, “pelas circunstâncias conhecidas”, Luís Amado considerou-o contudo importante no contexto do debate que o Conselho Europeu abriu. “A Alemanha constitucionalizou o défice e a dívida em 2009, através de um amplo consenso político nacional. O país mostrou um grande instinto de coesão e de projecção, num sinal claro aos seus aliados de que não abriria mão das suas opções programáticas. O euro foi-lhe imposto em troca da reunificação e eles impuseram as suas condições. E nesse processo continua a pensar e a agir da mesma forma. Pensar que se iriam afastar muito desses princípios era pura ingenuidade. E por isso, numa

base muito realista, sempre achei que não íamos ter forma de impedir esse modelo.”

Amado entende que o conselho quer sobretudo dar estabilidade à moeda através de garantias geracionais. “O que querem é que os partidos não ponham em causa os limites ao endividamento e à dívida. E neste contexto até é mais importante o papel do partido da oposição que o do governo de turno, que está mais agarrado aos compromissos financeiros e aos credores.”, disse.

Já Jorge Miranda defende que mesmo que o tecto da dívida e do défice passem a estar consignados na Constituição, nada garante que seja cumprido. “O grande consenso”, defendeu, “era ter-se constituído em 2009 um governo de unidade democrática entre os dois maiores partidos. Isso teria dado segurança aos mercados. Não desculpo quem poderia ter feito essa grande manifestação de consenso”, acrescentou, referindo-se implicitamente quer a Cavaco Silva quer aos maiores partidos, na altura liderados por Ferreira Leite (PSD) e José Sócrates (PS).

O professor defende ainda que este é o tipo de normas onde há “factores externos muito mais fortes que podem impedir o seu cumprimento. “Mais importante que os dois terços”, acrescentou, “seria o acordo entre os três partidos, PSD, PS e CDS. Que aconteceu com o Memorando da troika e foi muito além da maioria de dois terços.”

## Corporativismo judicial, paroquial e municipal devia ser a verdadeira guerra

Jorge Miranda acusa Cavaco Silva de não promover um amplo consenso nacional em torno das reformas de que o país precisa

●●● Enquadrando a actual crise, Luís Amado lembrou que a recessão foi contida após o primeiro choque do Lehman Brothers, em 2008, mas com os países a recorrerem de forma coordenada e ousada ao endividamento, o que acabou por desembocar numa crise global. “Não era perceptível o risco político para as economias desenvolvidas”, disse. “Havia crispação, mas não havia a percepção desse risco. Mas o facto é que a partir do colapso da Grécia o problema da dívida soberana se tornou incontornável dentro de toda a OCDE. Nesse contexto percebi que a gestão de expectativas tinha uma dimensão totalmente diferente. Ou seja, a partir do momento em que o país começou a ter problemas de liquidez e de solvência, a gestão das expectativas de quem financia é absolutamente decisiva.”

Luís Amado acrescentou ainda que lhe parece claro que o equilíbrio entre as pressões francesas e alemãs será determinante.

“A Alemanha não vai abdicar dos princípios que fizeram do euro uma moeda forte. Países como nós, com problemas de competitividade, e que os foram resolvendo com laxismo, vão ter de mudar. E se não o fizermos”, acrescentou, “não vejo alternativa a não ser uma saída desordenada e precipitada do euro. Por isso é necessário que haja um grande consenso nacional. E sobre essa matéria não tenho grandes dúvidas. Há uma questão de posicionamento estratégico que o país deve saber assumir.”

Jorge Miranda, por sua vez, defende que a actual lei do enquadramento orçamental é suficiente para balizar os limites do défice e da dívida, fixados em 3% e 60% do PIB, respectivamente.

“Aliás, nem sei se os economistas estão todos de acordo acerca do modo de entender o endividamento. Não seria mais vantajoso um acordo político, deixando o resto para o contraditório político? Independentemente das oposições e das greves?”, questionou a assembleia, onde marcavam presença políticos, diplo-

matas e professores universitários.

O professor de Direito Constitucional mostrou-se também chocado com o timing da introdução desta discussão.

“Se a tivéssemos feito em 2010, por nossa iniciativa, teria tido todo o sentido. Mas dois dias depois do Conselho Europeu parece-me mal. Repugna-me profundamente. A situação na Grécia agravou-se, não sabemos quem vai ser eleito em França daqui a quatro meses, a realidade em Itália é muito instável, há uma propagação da crise à Bélgica e a outros países do euro. Existe um conjunto de fenómenos externos que nos aconselharia a não nos precipitarmos agora. E custar-me-ia muito, como português, que se fizesse isso.”

Outro óbice. Ainda que os limites fossem consignados na lei fundamental, nada garante que o acordo durasse *ad aeternum*. Houve cerca de 200 artigos alterados desde 1976, um dos quais, e dos mais importantes, o que consignou a reforma agrária a seguir à revolução.

Mais. A questão, para Jorge Miranda, pode ser fracturante, em vez de facilitar o consenso. “Muito mais importantes”, considerou, “são as reformas estruturais que não estão a ser feitas. O corporativismo judicial, paroquial e municipal é mais preocupante e é por aí o grande caminho a percorrer. Precisamos de unanimidade entre os grandes partidos e o Presidente da República para explicarem isso aos portugueses.”

**Jorge Miranda considera que nem os economistas concordam sobre o endividamento**

**Amado diz que a Alemanha não abdicará de ter um euro forte e a inflação controlada**